A Checoslováquia e o conselho para assistência económica mútua na política externa da União Soviética após a Segunda Guerra Mundial

Autor(es): Szobi, Pavel

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/35381>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147_45_16

Accessed : 26-Apr-2023 15:50:28

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

45

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2014

A Checoslováquia e o Conselho para Assistência Económica Mútua na Política Externa da União Soviética após a Segunda Guerra Mundial

Czechoslovakia and the Council for Mutual Economic Assistance in the Foreign Policy of the Soviet Union after World War II

PAVEL SZOBI

Universidade de Economia, Praga
pavel.szobi@vse.cz

Resumo:

Este artigo procura efectuar uma caracterização do desenvolvimento político e económico na Europa Oriental após a Segunda Guerra Mundial e a integração gradual na esfera de influência da União Soviética. O autor debruça-se sobre a situação económica da Checoslováquia depois de 1945 e a sua participação na fundação do COMECON. São delineadas no artigo as diferenças claras entre a indústria checoslovaca bem desenvolvida e o atraso industrial característico dos outros países do Bloco de Leste. Realça-se a importância do COMECON como uma instituição sobretudo política – com pouco potencial de cooperação económica, que, pelo contrário, sem os instrumentos da economia de mercado livre, nunca se tornou num mecanismo eficaz.

Palavras chave:

Checoslováquia; União Soviética; Bloco Leste; COMECON.

Abstract:

This article seeks to present an economic and political development in Eastern Europe after the end of World War II, especially the gradual integration in the sphere of influence of the Soviet Union. The author focuses on the economic situation in Czechoslovakia after 1945 and its participation in the founding of the COMECON. He makes a comparison of a well developed Czechoslovak industry and other Eastern Bloc countries with agrarian economy. The article highlights the importance of the COMECON as a political institution with little potential for economic cooperation. On the contrary, without the tools of free market economy, it never became an effective mechanism.

Keywords:

Czechoslovakia; USSR; Eastern Bloc; COMECON.

1. Introdução

O desenvolvimento político e económico na Europa a partir de Maio de 1945 foi um dos pontos de mudança decisivos para o aparecimento das primeiras linhas de frente da Guerra Fria. A libertação da ocupação nazi pelo Exército Vermelho e a posterior integração na esfera de influência da União Soviética implicou não só uma ligação politico-estratégica como também uma ligação económica com a mesma. O seguinte artigo debruça-se sobre a situação económica inicial da Checoslováquia após a Segunda Guerra Mundial e a sua participação na fundação do Conselho para Assistência Económica Mútua (COMECON). Foi a participação da Checoslováquia voluntária? Qual foi o seu papel na noção de comércio externo soviético? Foi o COMECON nos primeiros anos da sua existência uma organização de economia livre ou um meio de controlo da União Soviética?

2. Rejeição do Plano Marshall

Em Abril de 1948 os países da Europa Ocidental começaram a receber através do Plano Marshall uma ajuda económica importante dos Estados Unidos da América, que tinha como objectivo a fortificação da democracia e da economia de mercado livre no velho continente.¹ A diplomacia checoslovaca reagiu inicialmente muito optimista ao Plano Marshall e estava de acordo com o mesmo, desde que não fosse dirigido contra a União Soviética.² Devido à pressão que Moscovo exerceu sobre os seus estados satélites, a Checoslováquia teve que rejeitar o Plano Marshall, o que selou o futuro do desenvolvimento do comércio com o Ocidente. Os países do Bloco de Leste viram-se obrigados a construírem as suas relações económicas de acordo com as directivas veiculadas por Moscovo. O comércio comum com os Soviéticos cresceu rapidamente e exigia uma colaboração estreita. O crescimento económico da

¹ Mais acerca do Plano Marshall/Programa de Recuperação Europeu enquanto instrumento político para a salvaguarda da democracia na Europa Ocidental Cfr. Ladislav Tajovský, “Marshallův plán – pokračování Trumanovy doktríny” in Jindřich Dejmek; M. Loužek, (ed.), *Marshallův plán: šedesát let poté. Sborník textů*, Praha, CEP – Centrum pro ekonomiku a politiku, 2007, p. 99–137. Efeitos do Plano Marshall em outros países Europeus cfr., entre outros, Michael Hogan, *The Marshall Plan: America, Britain, and the Reconstruction of Western Europe, 1947-1952*, New York, Cambridge University Press, 1987; Guenter Bischof, *The Marshall Plan in Austria*, New Brunswick, Transaction Publ., 2000; Maria Fernanda Rolo, *Portugal e o Plano Marshall: da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

² Michal Kolář; P. Kosátek, *Masaryk – pravdivý příběh*, Praha, Mladá fronta, 1998, p. 270.

União Soviética no período entre 1947 e 1950 chegou a uma média de 25,3% devido à conjuntura do pós-guerra e às receitas oriundas das indemnizações de guerra.³

Nos países da Europa Ocidental a convertibilidade da moeda nacional foi gradualmente reintroduzida graças ao Plano Marshall e à União Europeia de Pagamentos, favorecendo um incremento importante do comércio comum. Contrariamente no Bloco de Leste não foi possível renovar a convertibilidade da moeda devido a decisões não-económicas, encontrando-se por isso os estados satélites dependentes principalmente de si mesmos.

Nas discussões sobre uma possível coordenação de planos económicos das chamadas democracias populares com a União Soviética a Checoslováquia desempenhou um papel fundamental. A República da Checoslováquia perdeu, após o golpe de estado de Fevereiro de 1948, as suas tradicionais relações económicas com o Ocidente e estava à procura de uma substituição rápida ao Bloco de Leste. A ideia de que apenas uma coordenação dos planos económicos nacionais seria suficiente demonstrou-se ineficaz durante os anos de 1948-1949. O chefe de governo da Checoslováquia Viliam Široký comentou a 5 de Janeiro de 1949, em Moscovo, na reunião dos altos funcionários da União Soviética e dos seus países satélites que *“a República da Checoslováquia é um país industrial altamente desenvolvido, mas faltam-lhe as suas próprias matérias-primas, as quais (...) somente pode receber sob o preço de uma exportação considerável dos seus produtos industriais.”*⁴ Os representantes da Checoslováquia acreditavam que a institucionalização da cooperação com a União Soviética e com as democracias populares do leste europeu poderia eliminar o problema acima mencionado. Por razões políticas e ideológicas não foi tomada nenhuma consideração pelo facto de que seriam integrados países com diferentes níveis de desenvolvimento económico. Com a excepção da zona de ocupação soviética (ZOS) na Alemanha Oriental e a Checoslováquia, todos os outros países do Bloco de Leste apresentavam uma fraca actividade industrial, uma vez que aí predominava quase exclusivamente o sector agrícola. Além disso há que acrescentar o fraco peso económico da indústria

³ Adam Zwass, *Der Rat für gegenseitige Wirtschaftshilfe 1949 bis 1987*, Wien; New York, Springer, 1988, p. 7.

⁴ Apontamentos sobre a reunião de fundação do COMECON cfr. Karel Kaplan, *Československo v RVHP 1949-1956*, Praha, Ústav pro soudobé dějiny Akademie věd České republiky, 1995, p. 37.

ligeira na União Soviética, onde as indústrias pesadas e metalúrgicas têm uma forte representatividade neste sector.

3. Criação do COMECON

Um ponto que denota as diferenças marcantes entre os países do Bloco de Leste é o facto de países como a Roménia e a Bulgária registarem menos 250 a 300% trabalhadores na produção industrial quando comparadas com a RDA ou a Checoslováquia.⁵ Enquanto a Alemanha Oriental e a República da Checoslováquia já se tinham estabelecido como sociedades industriais modernas antes da Segunda Guerra Mundial, noutros países a industrialização ainda estava a ser lançada. A localização dos países menos desenvolvidos foi decisiva para a definição dos objectivos de uma integração comum. O ministro dos negócios estrangeiros soviético Viatcheslav M. Molotov⁶ apelou à criação de uma organização comum, o chamado Conselho para Assistência Económica Mútua, mas os seus planos não se assemelhavam de modo algum aos planos dos países mais pequenos. Moscovo não tinha a intenção de criar uma organização económica supranacional em que cada membro teria direitos iguais e com os quais a União Soviética teria que dividir o poder.⁷ Com a criação do COMECON o oposto deveria ser alcançado. Do ponto de vista económico, os regimes-satélite deveriam estar totalmente sob a alçada da União Soviética. Um economista reformador dos anos sessenta disse que, caso se mantenha o modelo de integração como um agrupamento de sistemas formalmente separados, *“a política [terá] que ser necessariamente uma parte importante neste processo. A política desempenha um papel particularmente importante na integração económica nos países que suprimiram os mecanismos da economia de mercado e que assim cortaram o único instrumento económico para unificar as diferentes economias nacionais numa organização.”*⁸

⁵ Adam Zwass, Adam, Der Rat..., cit., p. 9.

⁶ Viatcheslav Mikhailovitch Molotov (nascido Skriabin; 1890-1986), político soviético, 1926-1957 membro do Politburo, 1930-1941 Presidente do Conselho dos Comissários do Povo (Chefe de Governo), 1939-1946, 1946-1949 e 1953-1956 Ministro dos Negócios Estrangeiros, 1962 expulso do partido.

⁷ Cfr., entre outros, Walter M. Iber; P. Ruggenthaler (ed.) *Stalins Wirtschaftspolitik an der sowjetischen Peripherie*, Innsbruck, Studien Verlag, 2011; Francesca Gori; S. Pons (ed.), *The Soviet Union and Europe in the Cold War, 1945-53*, New York, St. Martin's Press, 1996.

⁸ Radoslav Selucký, *Das gegenwärtige Dilemma der sowjetisch-osteuropäischen Integration. Osteuropa-Info Nr. 60. Beziehungen im RGW*, Berlin; Hamburg, Junius, 1985, p. 25.

Em contraste com a Comunidade Europeia, o COMECON não funcionava segundo o princípio de uma cooperação transnacional, mas sim bilateral. Da reunião em Moscovo saiu um comunicado anunciando a fundação do COMECON, que tinha como finalidade dar apoio a uma colaboração intensa entre os países-satélite e a União Soviética. O conselho deveria ser composto por representantes dos estados-membros que, juntos, deveriam fazer um intercâmbio das suas experiências económicas, oferecer assistência técnica e fornecer mutuamente matérias-primas, alimentos e máquinas.⁹ O ponto alto da reunião foi a 8 de Janeiro de 1949, aquando da fundação do conselho. No seguimento desse acto as delegações de Josef V. Stalin presentes foram recebidas. O Secretário-Geral enfatizou a importância de uma base de matérias-primas comum às chamadas novas democracias, que também poderiam fornecer países da Europa Ocidental. Com isto ele definiu um outro objectivo da nova organização: enfraquecer política e economicamente o papel dos Estados Unidos no continente europeu e substituí-lo com a propagação do socialismo.¹⁰ A sessão inaugural foi também um sinal político para o Ocidente de que o Bloco Soviético se tinha fundido economicamente.

A população soube da fundação do conselho apenas a 25 de Janeiro a partir do Pravda soviético.¹¹ A nova organização devia, segundo o protocolo de fundação, prestar uma ajuda considerável aos países devastados e esgotados da Europa Oriental, apoiar a industrialização dos países-membros menos desenvolvidos, espalhar a base de matérias-primas e integrar as economias no contexto de um plano geral. Não foi definida nenhuma meta concreta a longo prazo pelo Conselho. A imprensa ocidental reagiu à fundação do COMECON comparando-o Plano Marshall. No entanto, foi unânime na crença de que esta tentativa seria um fracasso.¹²

4. Expectativas e realidade da cooperação mútua

Cada país tinha expectativas diferentes no COMECON. Enquanto que a Checoslováquia, como país industrial de relevo, imaginava a organização como especialização económica, coordenação do comércio externo e base de

⁹ Lothar Rüstler (ed.), *Grunddokumente des RGW*, Berlin, Staatsverlag der DDR, 1978, p. 13.

¹⁰ O processo secreto Slánský, Apontamentos sobre a reunião de fundação do COMECON, Visita a Stalin a 8 de Janeiro de 1949, in: Karel Kalplan, *Československo...*, cit., p. 40.

¹¹ Pravda de 25 de Janeiro de 1949, p. 2.

¹² Reakce západního tisku a rozhlasu na zřízení RVHP, in: Národní archiv Praha, processo n.º 1261/1/16, vol. 43-44, unidade de arquivo 306.

matérias-primas comum, a Polónia esperava uma coordenação do comércio exterior e planos económicos a longo prazo. A Hungria, por sua vez, exigia métodos de planeamento conjunto e uma estreita coordenação de planos, e a Bulgária, juntamente com a Roménia, viam na organização apenas um facilitador de ajuda económica a partir de outros estados-membros.¹³

Não se pode ver o início da nova organização económica internacional como um ponto de viragem extraordinário, visto que as delegações acordaram apenas numa única medida prática. Os países-membros puseram cem milhões de rublos em ouro ou moeda convertível num fundo comum, do qual metade viria da União Soviética.¹⁴ O teor de actividade do COMECON deveria evoluir e perfilar-se de acordo com as necessidades práticas, as quais dependiam dos interesses e capacidades de cada estado-membro. Naturalmente que, apesar da igualdade declarada, era a União Soviética que tinha a última palavra e que realmente determinava a realização concreta do plano. Desta maneira os soviéticos queriam garantir a sua influência nas discussões sobre investimentos industriais nos diferentes estados. Por detrás deste propósito estava o objectivo estratégico de desenvolver e controlar um “grande espaço económico”. Este interesse tinha logicamente um carácter político-militar para fortalecer a estabilidade da região e a sua capacidade de se defender contra o Ocidente.¹⁵

A RDA ainda não tinha sido constituída aquando da formação do COMECON, solicitando a sua adesão como estado de direito em Outubro de 1950. Porém, o chefe de governo da RDA Otto Grotewohl¹⁶ formulou claramente no pedido de adesão que “o governo da RDA faz as suas políticas económicas tendo em conta toda a Alemanha, ou seja, levando em consideração na sua política externa os interesses económicos da Alemanha Ocidental”.¹⁷ O desenvolvimento posterior mostrou que a RDA era de especial importância

¹³ Radoslav Selucký, *Das gegenwärtige Dilemma...*, cit., p. 26-27.

¹⁴ Josef M. van Brabant, *Socialist economic integration: Aspects of Contemporary Economic Problems in Eastern Europe*, Cambridge; New York; Melbourne, Cambridge University Press, 1980, p. 37.

¹⁵ Esta missão desapareceu com a fundação do Pacto de Varsóvia em 1955. Cfr. Christian Meier, *Der RGW: Wirtschaftsgemeinschaft oder Instrument sowjetischer Hegemonialpolitik?* Köln/Rhein, Bundesinstitut für Ostwissenschaftliche und Internationale Studien, 1986, p. 11.

¹⁶ Otto Grotewohl (1894-1964), político alemão, 1921-1923 Ministro da Educação do Estado Livre de Brunswick, 1923-1925 Ministro da Administração Interna e Justiça, 1925-1933 Membro do Reichstag, 1949-1964 Primeiro-Ministro da RDA.

¹⁷ Wolfgang Seifert, *Kann der Ostblock überleben?* Köln/Rhein, Bundesinstitut für Ostwissenschaftliche und Internationale Studien, 1983, p. 175.

para o COMECON, similar à importância da RFA para as Comunidades Europeias.¹⁸ Se algum dos estados-membros quisesse obter a aceitação da sua opinião no conselho, seria sensato convencer a RDA da proposta. Após a morte de Stalin a União Soviética deixou de ter a mesma posição dominante e cedeu a iniciativa aos países mais pequenos. Os soviéticos dependiam nas suas opiniões muitas vezes das conclusões dos camaradas da Alemanha Oriental e dos seus especialistas em economia e retratavam a RDA como um exemplo para os outros membros. De certo modo, toda a política do conselho foi implementada principalmente pela União Soviética e pela República Democrática Alemã.¹⁹ O papel de liderança da RDA faz lembrar a situação da República Federal Alemã nas Comunidades Europeias, que pagava a maior parte dos custos de integração devido ao facto desta ser a economia nacional mais forte na comunidade.²⁰

5. Reunião em Moscovo

A primeira reunião ordinária do conselho foi realizada no final de Abril de 1949 em Moscovo. O plano de trabalho para o período 1949-1950 foi aprovado aqui e os estados-membros deveriam chegar a um acordo na posição sobre o problema com a Jugoslávia, que nessa altura tinha uma disputa ideológica e de poder político com Moscovo. O ministro dos negócios estrangeiros Molotov exortou todos os países a limitar as suas relações com o estado balcânico, nomeadamente no que respeita à aquisição de matérias-primas estratégicas. Isto criou grandes dificuldades especialmente para a Checoslováquia, que após a guerra tinha reconstruído as suas tradicionais e boas relações com a Jugoslávia e com a qual já tinha assinado uma série de acordos económicos. Uma vez que a República da Checoslováquia ficaria isolada caso mantivesse a sua posição contra a proposta soviética, o ministro checoslovaco do comércio externo Antonín Gregor²¹ concordou com as restrições: *“Independentemente das dificuldades que nos surjam, vamos andar de mãos dadas com os outros*

¹⁸ Cfr. Ilka Bailey-Wiebecke, *Die Europäische Gemeinschaft und der Rat für Gegenseitige Wirtschaftshilfe. Multilaterale Diplomatie oder Blockpolitik?* Bern; Frankfurt/Main; New York; Paris, Lang, 1989.

¹⁹ Wolfgang Seifert, Kann..., cit., p. 177.

²⁰ Cfr. Siegfried Wenzel, *War die DDR 1989 wirtschaftlich am Ende? Zum Produktivitäts- und Effektivitätsvergleich der Wirtschaften der BRD und der DDR*, Berlin, Forum, 1998.

²¹ Antonín Gregor (1908-1986), Político e Diplomata Checoslovaco, desde 1946 Membro da Assembleia Nacional do Partido Comunista Checoslovaco, 1948 Ministro do Comércio Externo, mais tarde Embaixador na China.

países.”²² A revogação de acordos conjuntos com a Jugoslávia representou uma perda no montante de 1,4 mil milhões de coroas checoslovacas.²³ Este facto provou, na primeira reunião do COMECON, que a organização tinha mais um carácter de instrumento de política externa do que de cooperação económica, apesar da declaração de intenções original. Como resultado desta reunião a Checoslováquia ficou refém dos países constituintes do COMECON aos quais se restringiram as suas relações económicas, criando-se um novo problema dado que a procura desses parceiros divergia da oferta produtiva da economia checoslovaca.

6. Reunião em Sófia

Apenas na segunda reunião em Sófia em Agosto de 1949 foram formulados os princípios de cooperação económica. Como principais temas de discussão evidenciam-se: a troca de bens entre os membros do COMECON, o comércio comum com o Ocidente, as compensações multilaterais e a cooperação técnico-científica. Além disso a reunião abordou novamente o problema da Jugoslávia. Algumas delegações reportaram-se ao relatório sobre as medidas concretas de bloqueio/boicote dos seus governos àquele estado e confirmaram que todas as relações económicas com a mesma tinham sido suspensas antes da reunião em Sófia.²⁴

A reunião de Sófia consolidou claramente a imagem e os propósitos da organização, os quais já se iam delineando desde a primeira sessão em Moscovo. O COMECON era a partir desse momento essencialmente uma organização política, surgindo em segundo plano como uma organização económica visto que todas as deliberações que foram tomadas tiveram apenas um propósito – a separação do Bloco de Leste da “economia mundial” e dos seus mercados, o que levou à criação efectiva de uma nova linha de frente da Guerra Fria. A Checoslováquia foi duramente criticada devido ao seu grande volume de comércio externo com os países capitalistas. A sua delegação teve que se

²² O protocolo da primeira reunião do COMECON, a terceira reunião a 2/8 de Abril de 1949, in: Karel Kaplan, *Československo...*, cit., p. 51.

²³ Ibidem, p. 53. O volume total do comércio externo da República da Checoslováquia era de 16,6 milhares de milhões de coroas checoslovacas no início de 1950. Cfr. Zápís ze 111. schůze Senátu Národního shromáždění, (<http://www.senat.cz/zajimavosti/tisky/3vo/stena/111schuz/S111006.htm>, consultado em 2009.12.10).

²⁴ Karel Kaplan, *Československo...*, cit., p. 62. As relações entre o COMECON e a Jugoslávia normalizaram-se em parte em 1955. Cfr. Jan Pelikán, “Jugoslávie a státy sovětské zájmové sféry ve druhé polovině roku 1955”, *Slovanské historické studie*, 26 (2000), p. 285-326.

comprometer em restringir consideravelmente as relações com o Ocidente e a orientar-se completamente para o comércio com o Bloco Soviético. Todavia, nos dois anos anteriores a Checoslováquia já tinha aumentado consideravelmente as suas trocas comerciais com os países do Bloco de Leste. Por exemplo, em 1946, foram exportados para a Polónia bens num valor de 140 474 coroas, três anos mais tarde este valor já ascendia aos 2,59 milhões de coroas.²⁵ Os delegados checoslovacos exigiram na reunião um aumento da produção de bens de consumo, o que não foi bem aceite pela maioria dos outros países que canalizavam neste momento todos os seus investimentos no incremento da produção metalúrgica.²⁶ Uma vez que a economia checoslovaca estava perto do abismo, devido às limitações de comércio externo impostas pelo COMECON, toda a sua infraestrutura teve que se adaptar aos novos parceiros comerciais. Em 1953, a quota de bens procedentes das Engenharias nas exportações totais da Checoslováquia tinha aumentado para 42,3%, enquanto que em 1937 esta apenas representava 6,1%.²⁷ No campo da cooperação técnico-científica, a República da Checoslováquia foi pressionada a isentar os estados-membros das taxas de acesso associadas à documentação sobre inovações tecnológicas na produção industrial. Enquanto membro economicamente mais forte do Bloco, esta república popular não poderia expectar a mesma reciprocidade dos outros estados-membros excepto da ZOS/RDA.²⁸ Por isso, o governo checoslovaco esperava conseguir obter na reunião um compromisso, por parte dos parceiros do Conselho, de que a Checoslováquia receberia uma compensação sob a forma de matérias-primas ou bens alimentares que a ressarcesse de todas as patentes e inovações por esta concedida a esses países, mas essa expectativa não foi cumprida.²⁹ A reunião de Sófia tornou praticamente impossível a realização dos planos checoslovacos para modernizar a economia nacional e travou o surgimento de uma sociedade industrial moderna.

Quando as delegações dos estados-membros se reuniram a 24 de Novembro de 1950, novamente em Moscovo, para a terceira reunião do conselho,

²⁵ Janusz Skodliarski, "Polsko-československé hospodářské vztahy v letech 1945-1949", *Acta oeconomica pragensia*, 6 (1998), 5, p. 98.

²⁶ II. znění projevu pro delegáty v Byru, in: Národní archiv Praha, projecto n.º 1261/1/16, vol. 8, unidade de arquivo 103.

²⁷ Jiří Amort, "The Development and Structure of Czechoslovak Foreign Trade", *Czechoslovak Foreign Trade*, 5, (1965), Março, p. 5.

²⁸ A decisão de Sófia foi válida até 1965. A maioria das inovações deste período proveio da URSS, da RDA e da República Checoslovaca/República Socialista Checoslovaca. Cfr. Adam Zwass, *Der Rat...*, p. 16.

²⁹ II. znění projevu..., cit.

esta durou apenas um dia. Pela primeira vez também participou a delegação da RDA. Apesar de só estarem planeados dois pontos de discussão, a reunião debruçou-se fundamentalmente sobre a actuação checoslovaca. Foi acusada de fazer progressos lentos na reorientação para o mercado COMECON e de que a sua quota de importação de matérias-primas e de bens provenientes de países capitalistas ainda era demasiado alta. O representante soviético Anastas I. Mikoyan³⁰ afirmou que seria necessário promover as suas próprias matérias-primas de qualidade inferior e investir nelas sem levar em consideração os custos de produção e de processamento. Ao mesmo tempo frisou que a Checoslováquia, enquanto país altamente desenvolvido a nível industrial, deveria fornecer as suas mercadorias prioritariamente a estados-membros do COMECON que não estavam aptos a produzi-las. Apesar de ter admitido que “*a compensação que [a Checoslováquia] recebe*” era questionável, “*mas isso não é o principal*”.³¹ A União Soviética pressionava da mesma forma todos os países – todos deviam produzir sem ter em conta a perda de lucro. As delegações aprovaram seguidamente a proposta de Mikoyan de reforçar ainda mais o comércio comum e de criar um comité de coordenação para o comércio com os países capitalistas. A terceira reunião revelou um grande interesse da União Soviética nos eventos económicos dos países satélites e um esforço para os mesmos reestruturassem o seu comércio externo de acordo com os desejos de Moscovo. Além disso foi decidido na reunião que a actividade mais importante do Conselho seria fazer acordos comerciais a longo prazo em vez de planearem conjunto o fomento e a produção, determinando assim o desenvolvimento futuro da organização.³² Esta decisão causou muita decepção junto dos representantes da Checoslováquia, pois este país tinha um forte interesse na participação nas actividades do COMECON, especialmente nos aspectos relacionados com a coordenação de planos económicos nacionais individuais. Devido à crítica soviética os investimentos checoslovacos tiveram que ser alterados no sector de energia e grandemente canalizados na promoção dos seus próprios recursos de baixa qualidade. O resultado dessa política gerou o oposto da intenção original: cada estado membro do COMECON desenvol-

³⁰ Anastas Hovhannessi Mikoyan (1895-1978), Político soviético nascido na Arménia, 1946-1953 eleito como Vice-Presidente do Conselho de Ministros, 1955-1964 Vice-Primeiro Ministro do Conselho de Ministros, 1964-1965 Presidente do Presidium do Soviete Supremo, aposentado após o golpe de estado contra Khrushchov.

³¹ Karel Kaplan, *Československo...*, cit., p. 117.

³² *Ibidem*, p. 119.

veu a sua própria gama industrial, interpretando o provérbio “um país, uma fábrica”.³³

A actividade do Conselho tornou-se gradualmente mais fraca durante os anos de 1950 a 1953, o que confirma a hipótese de que Stalin pressupunha o seu principal objectivo como alcançado – o estabelecimento de uma dependência político-económica dos países satélites. A União Soviética, na qual a reconstrução pós-guerra ainda não estava completa, não tinha a intenção de realizar uma integração sistemática ou até mesmo uma unificação económica do Bloco de Leste. O Kremlin recusava decididamente as iniciativas de pequenos países de formarem federações como por exemplo uma federação checoslovaco-polaca, húngaro-romena ou búlgaro-jugoslava.³⁴ A União Soviética focava-se na construção de relações bilaterais no âmbito do Conselho, algo que os outros estados-membros também faziam entre si durante este período, visto que as expectativas de um COMECON eficaz enquanto organização económica comum não eram atingidas. O governo checoslovaco continuou a seguir a estratégia de infra-estrutura que tinha sido introduzida. Nos anos de 1950 e 1951 foram assinados contratos de longo prazo com países do COMECON que poderiam oferecer à Checoslováquia fornecimento de máquinas, produtos químicos e materiais de construção para as suas indústrias. Estes países eram a Hungria, a Polónia e especialmente a RDA.³⁵ A Hungria ajudou consideravelmente a Checoslováquia com o desenvolvimento da indústria do alumínio, a Polónia com a extensão e aumento da eficiência da exploração das minas de carvão e a RDA pôs máquinas agrícolas e recursos básicos industriais à disposição.³⁶ Em dois tratados com a União Soviética, a Checoslováquia mostrava-se pronta para continuar a desenvolver a sua indústria pesada para satisfazer as exigências soviéticas no que respeita a produtos de engenharia, os quais aumentaram significativamente desde 1945.³⁷ Este processo que começou programaticamente em 1948 estava completo por agora. Neste momento, do ponto de vista económico a Checoslováquia era efectivamente um membro do Bloco de Leste, uma vez que toda a sua economia tinha sido integrada na lógica soviética imposta pelo COMECON: perdeu quase todas

³³ Radoslav Selucký, *Das gegenwärtige Dilemma...*, cit., p. 33.

³⁴ *Ibidem*, p. 27.

³⁵ Zajištění růstu výměny zboží se zeměmi lidové demokracie v dlouhodobém měřítku, Národní archiv Praha, processo n.º 1261/1/16, vol. 43-44, unidade de arquivo 306.

³⁶ Karel Kaplan; Květa Kořalková, *Československé hospodářství v letech 1948-1955*, vol. 2, Praha, Vysoká škola ekonomická, 1970, p. 68.

³⁷ Emil Voráček, *Československo-sovětské hospodářské vztahy 1945-1948*, Praha, Academia, 1985, p. 110.

as relações comerciais com a Europa Ocidental, incluindo a filiação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, e incorporou o modelo económico soviético na sua economia durante as quatro décadas seguintes.³⁸

7. Conclusão

Foi a Checoslováquia um membro voluntário do Conselho para Assistência Económica Mútua? Foi a integração no Bloco de Leste uma solução adequada para a procura de novas relações de comércio externo? A República da Checoslováquia fez sem dúvida parte da órbita de poder de Moscovo após a Segunda Guerra Mundial. Por isso, não conseguiu manter os contactos comerciais com o Ocidente, travando assim a sua estratégia geoeconómica da “Ponte entre o Este e o Leste”³⁹. Após a recusa do governo da Checoslováquia do Plano Marshall, por imposição soviética, a adesão ao COMECON surge como forma de obtenção de ajuda financeira e material proveniente da União Soviética bem como se traduz na integração numa nova rede de comércio externo favorável à indústria checoslovaca, muito vocacionada para a exportação. As expectativas da República Checoslovaca no que concerne ao destino das suas exportações (e tudo o que envolva comércio externo) e à importação de matérias-primas não se concretizaram. A reestruturação da infra-estrutura para melhor poder servir o comércio no COMECON e o baixo nível económico dos países do Bloco de Leste levaram à estagnação da economia checoslovaca. As primeiras sessões legislativas do Conselho provaram a pretensão do COMECON de se constituir principalmente como uma instituição política com um claro monopólio de poder soviético. Somente após a morte de Stalin o Conselho pôde tornar-se uma organização com um maior potencial de cooperação económica. No entanto, o COMECON nunca se tornou num mecanismo eficaz, porque, ao contrário do que se passava na Europa Ocidental, faltavam-lhe os instrumentos da economia de mercado livre.

³⁸ Mais sobre a saída da Checoslováquia dos mercados e instituições globais Cfr. Richard Lad, “Komparace nejednotného členství Československa v Mezinárodním měnovém fondu a Světové bance” in P. Szobi (ed.) *Vliv politických systémů na vývoj středoevropských ekonomik po roce 1945*, Praha, Set Out Books, 2013, p. 81-95.

³⁹ A estratégia do Presidente da República Edvard Beneš antes do golpe de estado em Fevereiro 1948, cfr., por exemplo, Edvard Beneš, *Demokracie dnes a zítra*, Praha, Čin, 1946, p. 262.

Bibliografia

- AMORT, Jiří, “The Development and Structure of Czechoslovak Foreign Trade”, *Czechoslovak Foreign Trade*, 5, (1965), Março, p. 3-4.
- BAILEY-WIEBECKE, Ilka, *Die Europäische Gemeinschaft und der Rat für Gegenseitige Wirtschaftshilfe. Multilaterale Diplomatie oder Blockpolitik?* Bern; Frankfurt/Main; New York; Paris, Lang, 1989.
- BENEŠ, Edvard, *Demokracie dnes a zítřa*, Praha, Čin, 1946.
- BISCHOF, Guenter, *The Marshall Plan in Austria*, New Brunswick, Transaction Publ., 2000.
- BRABANT, Josef M. van, *Socialist economic integration: Aspects of Contemporary Economic Problems in Eastern Europe*, Cambridge; New York; Melbourne, Cambridge University Press, 1980.
- GORI Francesca; S. Pons (ed.), *The Soviet Union and Europe in the Cold War, 1945-53*, New York, St. Martin's Press, 1996.
- HOGAN, Michael, *The Marshall Plan: America, Britain, and the Reconstruction of Western Europe, 1947-1952*, New York, Cambridge University Press, 1987.
- IBER, Walter M.; P. Ruggenthaler (ed.) *Stalins Wirtschaftspolitik an der sowjetischen Peripherie*, Innsbruck, Studien Verlag, 2011.
- KAPLAN, Karel, *Československo v RVHP 1949-1956*, Praha, Ústav pro soudobé dějiny Akademie věd České republiky, 1995.
- KAPLAN, Karel; KOŘALKOVÁ, K., *Československé hospodářství v letech 1948-1955*, vol. 2, Praha, Vysoká škola ekonomická, 1970.
- KOLÁŘ, Michal; KOSATÍK, P., *Masaryk – pravdivý příběh*, Praha, Mladá fronta, 1998.
- LAD, Richard, “Komparace nejednotného členství Československa v Mezinárodním měnovém fondu a Světové bance“ in P. Szobi (ed.), *Vliv politických systémů na vývoj středoevropských ekonomik po roce 1945*, Praha, Set Out Books, 2013, p. 81-95.
- MEIER, Christian, *Der RGW: Wirtschaftsgemeinschaft oder Instrument sowjetischer Hegemonialpolitik?* Köln/Rhein, Bundesinstitut für Ostwissenschaftliche und Internationale Studien, 1986.
- PELIKÁN Jan, “Jugoslávie a státy sovětské zájmové sféry ve druhé polovině roku 1955”, *Slovanské historické studie*, 26 (2000), p. 285-326. Pravda de 25 de Janeiro de 1949.
- ROLO, Maria Ferndanda, *Portugal e o Plano Marshall: da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- RÜSTLER, Lothar (ed.), *Grunddokumente des RGW*, Berlin, Staatsverlag der DDR, 1978.

- SEIFERT, Wolfgang, *Kann der Ostblock überleben?* Köln/Rhein, Bundesinstitut für Ostwissenschaftliche und Internationale Studien, 1983.
- SELUCKÝ, Radoslav, *Das gegenwärtige Dilemma der sowjetisch-osteuropäischen Integration. Osteuropa-Info Nr. 60. Beziehungen im RGW*, Berlin; Hamburg, Junius, 1985.
- SKODLIARSKI, Janusz, “Polsko-československé hospodářské vztahy v letech 1945-1949”, *Acta oeconomica pragensia*, 6 (1998), 5, p. 87-100
- TAJOVSKÝ, Ladislav, “Marshallův plán – pokračování Trumanovy doktríny” in Jindřich Dejmek; M. Loužek, (ed.), *Marshallův plán: šedesát let poté. Sborník textů*, Praha, CEP – Centrum pro ekonomiku a politiku, 2007, p. 99-137.
- VORÁČEK, Emil, *Československo-sovětské hospodářské vztahy 1945-1948*, Praha, Academia, 1985.
- WENZEL, Siegfried, *War die DDR 1989 wirtschaftlich am Ende? Zum Produktivitäts- und Effektivitätsvergleich der Wirtschaften der BRD und der DDR*, Berlin, Forum, 1998.
- ZWASS, Adam, *Der Rat für gegenseitige Wirtschaftshilfe 1949 bis 1987*, Wien; New York, Springer, 1988.

Fontes

- II. znění projevu pro delegáta v Byru, in: Národní archiv Praha, projecto n.º 1261/1/16, vol. 8, unidade de arquivo 103.
- Reakce západního tisku a rozhlasu na zřízení RVHP, in: Národní archiv Praha, processo n.º 1261/1/16, vol. 43-44, unidade de arquivo 306.
- Zajištění růstu výměny zboží se zeměmi lidové demokracie v dlouhodobém měřítku, Národní archiv Praha, processo n.º 1261/1/16, vol. 43-44, unidade de arquivo 306.
- Zápis ze 111. schůze Senátu Národního shromáždění, (<http://www.senat.cz/zajimavosti/tisky/3vo/stena/111schuz/S111006.htm>, consultado em 2009.12.10).